

Intervenção do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro, na Abertura da Sessão de Apresentação das Conclusões e Recomendações do Exame de Desempenho Ambiental de Portugal pela OCDE (OECD Environmental Performance Review of Portugal)

Sintra | 14 de março de 2023 | 10:00

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra,

Senhora Diretora do Departamento de Ambiente da OCDE,

Senhoras Membros do Secretariado,

Senhora e Senhores Secretários de Estado,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Começo por agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra toda a colaboração na organização deste evento, bem demonstrativo do seu empenho e envolvimento nas discussões das temáticas ambientais, mas sobretudo as suas preocupações com a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento do País – em especial do concelho de Sintra.

E revelador da compreensão da dimensão internacional das nossas políticas, uma vez que todos sabemos que só com as parcerias estratégicas mais adequadas podemos dar resposta aos desafios globais – como, aliás, resulta da Agenda 2030 e do seu Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 17.

Tanto mais que se trata de um exercício feito por uma entidade que conhece bem, a OCDE, junto da qual foi Representante Permanente de Portugal, entre 2002 e 2005.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Estamos aqui hoje para conhecer as conclusões e recomendações que resultam de mais de um ano de trabalho e de diálogo quase constante entre a OCDE e Portugal, através do Ministério que tutelo, a Administração Central e Local, e, claro está, da consulta a diversas outras entidades nacionais, da academia às empresas, passando pelas estruturas sindicais e as organizações não-governamentais de ambiente e desenvolvimento.

Gostaria, pois, de começar por agradecer à equipa da OCDE, na pessoa da sua Diretora Jo Tyndall e dos seus colaboradores aqui presentes – Nathalie Girouard, Frédérique Zegel e Hélène Blake.

Um agradecimento que é extensível aos dois outros membros da equipa, Blanco Salas e Eric De Brabanter, e aos respetivos Governos (da Costa Rica e do Luxemburgo), que apoiaram a sua participação nesta avaliação.

Não é demais recordar que uma das mais-valias destes exercícios é a metodologia da avaliação pelos pares, pelo que é fundamental o envolvimento de todos desde o princípio, num espírito de parceria crítica, e abrangendo uma multidisciplinariedade essencial para compreender a necessidade de estabelecer políticas e estratégias multifacetadas e impactando as diversas áreas do conhecimento.

Portugal apoiou este Programa da OCDE desde a sua criação, em 1990, integrando sempre as fases piloto da execução dos diversos ciclos de exames, nomeadamente agora, que se inicia o quarto ciclo.

Por outro lado, temos também contribuído com a participação de peritos nacionais nas equipas da OCDE que avaliaram outros países – e somam-se já 15 participações.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Olhemos agora mais atentamente para os resultados desta avaliação.

E, para tal, gostaria de agradecer a intervenção da Diretora Jo Tyndall que acabamos de ouvir, e que resume as principais conclusões e recomendações da OCDE.

Permitam-me que saliente que não é possível percorrer todas elas – de resto, não é esse o objetivo desta Sessão.

Julgo, sim, ser importante salientar algumas das medidas políticas e dos eixos de atuação que contribuem para melhor garantir a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento que pretendemos executar para assegurar o bem-estar dos cidadãos.

Os tempos que enfrentamos são desafiadores e esse mesmo bem-estar coloca-nos, por vezes, perante a necessidade de medidas de apoio imediato às populações – medidas que podem impactar estratégias de mais longo prazo e a sua sustentabilidade se não forem bem desenhadas. Procurámos, por isso, organizar um pequeno seminário, na segunda parte desta Sessão, para debater precisamente “*Os desafios ambientais das estratégias portuguesas para enfrentar as situações de crise*”.

Desde 1993, data da primeira avaliação pela OCDE, verificamos uma evolução constante na definição das políticas de ambiente em Portugal e uma evolução muito positiva no efetivo desempenho das ações definidas e aplicadas, quando olhamos para as diversas recomendações ao longo dos anos.

Essa evolução verifica-se na aplicação das diversas medidas aos domínios ambientais tradicionais e no incremento da integração de políticas através de instrumentos de aplicação horizontal – evoluindo para Estratégias e Planos Nacionais, envolvendo e comprometendo não só as dimensões ambientais, mas também as diversas políticas setoriais.

Sem percorrer todas as recomendações da OCDE, permitam-me, no entanto, que faça uma referência a algumas delas de forma genérica.

No que diz respeito àqueles que foram designados pela OCDE como os desafios ambientais chave, é reconhecido o esforço feito, embora se constate a necessidade de prosseguir este trabalho.

Na área dos resíduos, por exemplo, a necessidade de redução da deposição em aterro é estratégica e desafiante. Para tal é fundamental a introdução dos princípios da circularidade da economia na gestão dos resíduos, permitindo, por exemplo, o aumento dos níveis de reciclagem de produtos orgânicos, um maior volume de produção de biogás ou melhorias na rede de reciclagem de embalagens.

O novo Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2030, a revisão do Regime Geral da Gestão de Resíduos ou a operacionalização do Sistema de Depósito e Reembolso de Embalagens serão decisivos para a melhoria do nosso desempenho nesta área.

Em relação às infraestruturas ambientais, a estratégia de internalizar as externalidades e procurar aplicar o melhor preço possível aos serviços ambientais é uma política que Portugal vem prosseguindo no domínio da água, das águas residuais e dos resíduos.

A necessidade de gerir a recuperação dos pesados investimentos feitos e em curso nestes domínios, de cobrir os respetivos custos da gestão destes ativos, procurando, ainda, uma harmonização nacional de solidariedade entre regiões, tem de ser balanceada com os custos sociais de subidas bruscas de preços, sobretudo num contexto de grande pressão decorrente dos efeitos das diversas crises globais que estamos a enfrentar. Neste âmbito, podemos contar com uma Entidade Reguladora forte e prestigiada, que se constitui como o garante que esta estratégia se mantém e que a sua aplicação será executada de forma equilibrada.

As consequências já se verificam das alterações climáticas, e aquelas que se projetam para o nosso território, são também motivo de grande preocupação, daí que atribuíamos prioridade ao desenvolvimento de ações de adaptação, antecipando consequências ainda mais nefastas.

É estratégica a prioridade para o aumento da eficiência no uso dos recursos, assim como da circularidade da economia. Estamos a projetar formas inovadoras de gerir os recursos hídricos (reduzindo as perdas na distribuição e apostando no uso eficiente) e o seu armazenamento estratégico, superficial ou subterrâneo, de modo a minorar a cada vez maior irregularidade climática (nomeadamente através da gestão integrada das albufeiras existentes). Por outro lado, a prioridade passa por melhor adequar a qualidade dos fornecimentos às necessidades dos consumos (recorrendo à utilização de águas residuais tratadas e à dessalinização).

No ano hidrológico de 2022 atingimos uma situação de seca histórica - nos últimos 20 anos a redução da precipitação foi de 15%, prevendo-se uma redução de 25% até ao final do século. Já mais recentemente, em dezembro, atingimos máximos históricos em precipitação concentrada.

Estas alterações nos padrões de precipitação implicam um cuidado acrescido na utilização da água pela indústria ou pela agricultura, e um novo olhar sobre a floresta.

Se na indústria a aplicação dos princípios dos ganhos de eficiência e da reutilização são elementos já em prática (podendo sempre ser melhorados e incentivados pelo desenho de novos instrumentos económicos e financeiros), o setor da agricultura, atenta a sua dispersão no território, necessita de uma gestão exigente na extração direta de recursos hídricos, como de sistemas de gestão que minimizem as perdas do seu uso.

No que diz respeito à floresta e aos recursos florestais, estamos a falar de uma estratégia ainda mais interdisciplinar, desde logo com a necessidade de melhor antecipar a gestão adequada dos riscos de incêndio.

A gestão dos solos, através de um melhor ordenamento do território, e as políticas de promoção da biodiversidade e da proteção da paisagem, são aspetos essenciais para garantir uma correta e adequada cobertura dos solos, o que contribui diretamente para soluções de base natural para melhorar a gestão dos recursos hídricos (tanto em seca como em inundação), evitando fenómenos acelerados de erosão e consequente desertificação, com riscos acrescidos de incêndio.

É nosso objetivo criar um “mercado interno de carbono e biodiversidade” para regular e proteger os valores naturais e atrair investimentos para as áreas protegidas e florestais – a apresentação desta iniciativa fizemo-la na passada sexta-feira, estando agora a proposta legislativa em discussão pública.

Poderemos, desta forma, mobilizar o setor privado e os grandes investidores para a expansão e uma mais correta gestão das áreas florestais, garantindo uma melhor capacidade de absorção de carbono, tão necessária para a neutralidade carbónica. Nesta perspetiva, o nosso objetivo 30/30/30 (30% em terra, 30% no mar, em 2030) de classificação de áreas protegidas, é estratégico.

Portugal foi pioneiro ao assumir, na COP22, em 2016, o objetivo da neutralidade carbónica para 2050, desafio que comportou a necessidade de aprofundar reformas em curso e apostar em novas medidas.

O Governo assumiu, então, quatro desafios estratégicos: a emergência climática, a transição digital, o impulso demográfico, e a superação das desigualdades.

Apesar das dificuldades impostas pelas situações extraordinárias que vivemos, em consequência de sucessivas situações de crise, o Governo tem procurado combinar a urgência das respostas para enfrentar as necessidades imediatas com a manutenção das perspetivas de mais longo prazo da sustentabilidade das estratégias estruturais.

Para enfrentar o desafio da emergência climática assumimos como prioritário (i) descarbonizar a economia através dos ganhos de eficiência no uso dos recursos e da aposta na economia circular; (ii) uma gestão integrada dos recursos hídricos; (iii) a preservação da biodiversidade, nomeadamente por via da valorização e da proteção da floresta, do capital natural e dos serviços prestados pelos ecossistemas; e (iv) acelerar a transição energética para as renováveis.

Fruto do muito trabalho que o País desenvolveu, o Primeiro-Ministro pôde anunciar, na COP27, no Egito, a antecipação da meta da neutralidade carbónica para 2045.

Muito se deve, devo referir, às estratégias para a transição energética, que, para além dos records já consolidados de percentagens médias de eletricidade produzida por fontes renováveis e de número de dias consecutivos com 100% de renováveis, permitiram que, em 2021 e segundo dados da Agência Portuguesa de Ambiente, enquanto o nível de emissões de gases com efeito de estufa se reduziu em 4,8%, o PIB cresceu 4,9% - aspeto que, aliás, a OCDE salienta no seu relatório.

A capacidade instalada de renováveis é de 16,3 GW, sendo 45% hídrica, 35% eólica, 15% solar e 6% biomassa, o que representa 70% da capacidade instalada para produção de eletricidade, com o gás natural a representar os restantes 30% desde a antecipação do fecho das centrais a carvão.

Na continuação da descarbonização do setor energético e da garantia de reforço da nossa soberania, para além dos três leilões solares, estamos a preparar um grande leilão para produção eólica offshore, bem como a fomentar o armazenamento, a hibridização e o reforço de potência dos equipamentos existentes e as comunidades energéticas e de autoconsumo.

Esta transição para uma energia verde é estratégica para a produção de gases renováveis, podendo Portugal tornar-se um exportador líquido por mar (através de Sines) ou por gasoduto para o centro da Europa. O Acordo alcançado entre Portugal, Espanha e França para o Corredor Verde de Energia é fundamental para garantir que a energia de base renovável que aqui produzimos beneficia o Continente Europeu.

Esperamos, assim, antecipar em 4 anos uma outra meta, atingindo já em 2026 o objetivo de ter 80% de renováveis na produção elétrica. Esta estratégia, sobretudo quando confrontados com situações de rutura como as atuais, permite preços energéticos mais baixos, maior autonomia e independência.

Em relação aos edifícios, e apesar do chamado clima ameno de Portugal, o conforto térmico é uma recomendação da OCDE que converge com a prioridade que assumidos no Plano de Recuperação e Resiliência, em sintonia com o definido no Plano Nacional de Energia e Clima e o início de programas, apoiados pelo Fundo Ambiental, para o financiamento direto de ações de intervenção para melhoria do parque habitacional, e de incentivo fiscal, incluindo taxas reduzidas de IVA, à produção de energia renovável.

Também no que diz respeito à mobilidade existem em curso investimentos massivos nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, nomeadamente na expansão das redes de metro e na eletrificação das frotas de transporte terrestre e fluvial.

Uma boa gestão da política de ambiente, para além destas fundamentais ações específicas no terreno, passa pela melhoria da chamada governança. A primeira nota vai, por isso, para a maioria que o Ambiente atingiu nos diálogos interativos com todas as áreas de governação, e a sua integração efetiva na definição das políticas nacionais e no modelo de desenvolvimento nacional.

Por outro lado, o próprio desenho do Plano de Recuperação e Resiliência, com 38% das verbas a serem dedicadas à transição climática, acentua esta acrescida influência. Em termos da capacidade de investimento, merece também referência o Fundo Ambiental como instrumento estratégico para a prossecução das prioridades do Ministério do Ambiente e da Ação Climática – a nível nacional e internacional, já que por aqui passa a cooperação portuguesa ao nível climático, com especial enfoque no Continente Africano e nos Países de Língua Oficial Portuguesa.

E a reforma verde da fiscalidade, que a OCDE também incentiva, é um processo sempre em atualização e que continuamos a dar prioridade.

Uma nota final para o processo de simplificação administrativa e processual na área do ambiente (o chamado Simplex Ambiental), procurando um licenciamento mais simples e expedito, no sentido de acelerar as soluções para desafios como a economia circular, a escassez de água, a transição para energias renováveis e a descarbonização da economia.

Esta simplificação será aplicada essencialmente em áreas não-protegidas e, sobretudo, nos procedimentos e prazos, não interferindo com a diminuição de quaisquer exigências de qualidade, como normas ou especificações a serem cumpridas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A terminar, gostaria de manifestar o agrado com que nos envolvemos em todo este exercício.

Foi um momento alternativo à atividade do dia-a-dia, que nos permitiu refletir sobre as diversas dimensões da política de ambiente e compreender melhor o enquadramento global para o desenvolvimento mais racional e apropriado dessas mesmas ações de gestão do quotidiano e dos anseios das populações.

Um muito obrigado a todos os que, do lado de Portugal, contribuíram com os seus conhecimentos para valorizar este exercício, e, uma vez mais, aos Membros da equipa da OCDE pela capacidade de análise e de síntese, que permitiu a produção deste relatório, assim como a todos os peritos dos diversos países Membros da OCDE que, depois da sua discussão connosco, em Paris, aprovaram as conclusões e recomendações que hoje tornamos públicas.

Muito obrigado.